



CALDAS, Carlos. Dietrich Bonhoeffer e a teologia pública no Brasil. São Paulo: Garimpo Editorial, 2016. 221 p.
ISBN 978-85-62877-76-6

Jair Souza Leal *

O autor é doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, e atualmente é professor da PUC Minas. A obra é resultado de uma pesquisa desenvolvida em estágio de pós-doutoramento em Teologia na FAJE, com recursos do PNPd-CAPES. Sua carreira acadêmica ecumênica corrobora seu mérito e experiência na abordagem e análise do tema. No prefácio do livro seu orientador, professor Geraldo de Mori, reconhece o esforço do autor e a importância do conteúdo, que busca em Bonhoeffer mapear e “mostrar uma possível contribuição do teólogo alemão à teologia pública feita no Brasil”. O livro é dividido em três capítulos. No primeiro, desenvolvido com sete tópicos, o autor faz o mapeamento do que tem sido produzido e discutido no Brasil em termos de teologia pública. No segundo, desenvolvido em três tópicos, apresenta a biografia e trajetória de Bonhoeffer e os principais temas tratados em sua teologia. No terceiro e último capítulo, desenvolvido em dois tópicos, busca fazer a interlocução e diálogo entre a produção brasileira e o conceito bonhoefferiano sintetizado na máxima “estar ai

Resenha submetida em 30 de abril de 2017 e aprovada em 08 de junho de 2017.

* Doutorando e Mestre em Ciências da Religião no PPGCR da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: jairsouzaleal@hotmail.com.

para os outros”, como sendo uma “possível base conceitual para uma teologia pública no Brasil”.

No primeiro capítulo intitulado *História do Conceito*, o autor se compromete a “apresentar mapeamento das compreensões que atualmente se têm no Brasil de *teologia pública*”. Apresenta a história do conceito como estando ainda em construção. Destaca que no Brasil existem duas propostas diferentes de teologia pública: uma, veiculada pelo Instituto Humanitas (IHU) da Unisinos, de tradição jesuíta; outra, à da Escola Superior de Teologia (hoje, Faculdades EST), de tradição luterana. Como ponto de intercessão, “ambas procuram conscientemente construir sua reflexão na realidade do Brasil”, sem copiar o que vem sendo produzido na Europa e Estados Unidos. Tais propostas são bem recentes, retroagindo no máximo ao início do século XXI.

Ao mapear o cenário que antecede a recente reflexão que hoje é entendida como teologia pública, Caldas destaca seu pano de fundo. Segundo ele, muitas foram as reflexões de autores e entidades que contribuíram para o atual cenário. Do lado estrangeiro, destaca a influência de Jürgen Moltmann, teólogo de tradição protestante reformada que em sua forte expressão e alcance ecumênico enfatiza a relevância pública da teologia, sendo responsável em envolver-se com as condições nas quais vive a sociedade, para além da comunidade de fé e da academia. Ele influenciou fortemente a teologia brasileira, embora não tenha elaborado o que hoje é chamado de teologia pública. Porém, segundo Caldas, Moltmann “antecipou uma tendência que se consolida na reflexão teológica, no Brasil [...], de enfatizar a dimensão pública, e não apenas particular da teologia”. Ainda no campo estrangeiro, Caldas destaca a influência das reflexões da teologia pública alemã e sul-africana, bem como do teólogo católico estadunidense David Tracy.

No cenário nacional, Caldas aponta o que entende como antecedentes da teologia pública no Brasil: o Movimento Ecumênico, as Campanhas da Fraternidade da CNBB, a Teologia da Libertação e a Teologia da Missão Integral. Na sequência de sua argumentação, aponta a teologia cidadã do metodista Clovis Pinto de Castro que influenciará Rudolf von Sinner. Este se torna o “primeiro teólogo protestante a falar em teologia pública no Brasil”. Caldas reconhece também nomes como o de Eneida Jacobsen e Júlio Zabatiero, e de entidades como a ANPTECRE e SOTER, cujos fóruns de discussões serviram de pano de fundo para que hoje, de forma metodológica e consciente, o Instituto Humanitas e a Escola Superior de Teologia pudessem encabeçar a chamada teologia pública no cenário brasileiro, ainda em construção.

No segundo capítulo, *Dietrich Bonhoeffer: biografia como narrativa teológica*, o autor apresenta uma síntese bio-bibliográfica de Bonhoeffer, cuja vida dramática culmina com sua execução em um campo de concentração nazista – vida que fala de forma tão densa e profunda quanto a sua teologia. Esta, apesar de fragmentada, influencia e inspira a teologia latino-americana por sua ética e conceitos sociais. Um de seus conceitos, o de que “a igreja só é igreja quando está aí para os outros”, é a base teórica para a teologia pública no contexto brasileiro, além de ser a hipótese central do livro ora resenhado.

Considerando o cristianismo alemão que em sua quase totalidade apoiou sem reservas a política de Adolf Hitler, Bonhoeffer figura como líder da ala da igreja que ficou conhecida como “igreja confessante”, que resistiu ao regime nazista. Na prisão Bonhoeffer escreve poesias, orações, cartas e textos de conteúdo teológico. Em seguida à breve biografia de Bonhoeffer, Caldas apresenta o estado da arte dos estudos bonhoefferianos no Brasil. Estes aparecem em cursos que seriam do seu *habitat* comum, a teologia, e, em relevante expressão, em diversas pesquisas de mestrado e doutorado no campo das ciências da religião.

Dentre os principais temas tratados na teologia de Bonhoeffer, Caldas destaca: a igreja, a pessoa de Cristo e a ética. Para ele “a pessoa de Cristo é o tema que interliga todos os temas, como um fio em uma tapeçaria”. Ao falar da igreja, Bonhoeffer destaca o aspecto comunitário da fé. Sobre a pessoa de Cristo, o aspecto do seu sofrimento messiânico e o serviço que deve ser experimentado e vivido pelos seus seguidores. Quanto à ética, esta não é legalista, nem moralista, nem utilitarista, nem de deveres, mas da responsabilidade, que “leva à ação responsável do cristão em relação ao próximo, ao semelhante, diante do mal no mundo”. Caldas reconhece que “a ética de Bonhoeffer é formulada em um contexto de condições extremas, um momento histórico totalmente diferente do Brasil atual”. Não obstante, compreende que este pensamento teológico de Bonhoeffer “pode servir de embasamento teórico para a formulação de uma teologia pública no Brasil”.

A contribuição de Bonhoeffer para uma teologia pública no Brasil é o terceiro e último capítulo. Nele o autor procura considerar como a eclesiologia, cristologia e ética de Bonhoeffer dialogam “com os modelos teóricos de teologia pública”, detectando pontos de convergência e divergência. Caldas procura perceber a influência bonhoefferiana nos autores que influenciaram a teologia pública no Brasil.

Em Dirk Smit, teólogo reformado sul-africano, vê a influência bonhoefferiana na sua denúncia profética do mal e da injustiça e na animação popular para a resistência ao mal e à injustiça; além da sua inspiração para o movimento ecumênico protestante. Em Jürgen Moltmann, o olhar para a teologia como tarefa pública, entendendo Deus como uma realidade pública, e na defesa da resistência ativa contra ditaduras, na fidelidade à terra, na luta por conscientização quanto à cidadania. David Tracy defende que a teologia, fundamental, sistemática ou prática, é discurso público cuja força e origem está em Deus (entendido neste caso como uma realidade pública). Assim, este discurso público é dirigido à igreja,

à academia e à sociedade. Parece destoar neste caso dos conceitos bonhoefferianos, mas tem um ponto de intercessão quando apresenta a perspectiva místico-profética, que entende a igreja como uma espécie de consciência da sociedade que em Bonhoeffer é “a dimensão devocional e contemplativa do discipulado”.

Em Eneida Jacobsen, Caldas aponta sua sugestiva classificação da teologia pública em: perspectiva teológica, tendo Deus como origem e base de todo ser; perspectiva filosófico-existencial, ligada à divulgação do evangelho; e à sociológica, que é o anúncio da misericórdia divina, em palavras e obras. Neste sentido, a tarefa do teólogo é “encontrar respostas para as questões candentes existenciais e vivenciais enfrentadas pelo ser humano”.

Ao final, Caldas se propõe a aplicar o tônus da sua hipótese central, o conceito de estar ai para os outros, de Bonhoeffer, como sendo a base para uma teologia pública no Brasil. Que se assenta na ideia da ética da responsabilidade, da ação responsável, tendo como modelo o Cristo, e segue na contramão das ênfases na prosperidade, do evangelho utilitarista ou que nega o sofrimento. Em síntese, Caldas defende que “a teologia pública cristã que utilize Bonhoeffer como referencial teórico terá que trabalhar a partir da ideia cristã do amor ao próximo”, da defesa e luta pelos direitos humanos, sobretudo das minorias. Portanto, Bonhoeffer se apresenta como referencial teórico e prático para a construção e avanço da teologia pública no Brasil, desde que, guardados os devidos contextos, aplique-se à realidade do país.

Além de uma pequena introdução onde faz uma síntese panorâmica do que irá discorrer nos capítulos do seu livro, Caldas apresenta também uma breve conclusão onde pontua os passos percorridos na trajetória da sua pesquisa. A bibliografia por ele consultada é densa e contempla diversas obras ainda não disponibilizadas no vernáculo, sobretudo de Dietrich Bonhoeffer. A parte de edição

do livro não foi muito feliz na distribuição de capítulos e tópicos. O mapeamento teórico das propostas de teologia pública tratadas no primeiro capítulo, conquanto apresente diversos autores e instituições, não é cronológica nem contempla uma interligação. Não obstante, o autor nesta obra demonstra profundidade e competência metodológica na aplicação da sua hipótese e alcance dos objetivos pretendidos. Enriquece assim a recente discussão no Brasil acerca da Teologia Pública, e impulsiona com maestria o retorno à apreciação de um grande teólogo que não foi ainda suficientemente explorado pela academia. É, portanto, leitura obrigatória para quem se aplicar ao estudo do tema.